



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 25 minutos.

A 3.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise conjunta, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2016, no que toca ao Ministério da Defesa e Mar. Usaram da palavra, a

diverso título, o Sr. Ministro da Defesa e Mar (Carlos Stock) e os Srs. Deputados Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), Filomena Prazeres (PCD), Abnildo d'Oliveira (ADI), Beatriz de Azevedo e Danilson Cotú (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas.

O Sr. **Presidente** (Vasco Guiva): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves Guiva

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

Sr. Ministro da Defesa e a equipa que o acompanha, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, estamos na fase da discussão na especialidade das GOP e do OGE para 2016.

O Ministério da Defesa e do Mar pretende, para 2016, ver superada muitas acções. A nível da Defesa pretende-se superar cinco acções e ao nível do Mar, 11 acções.

Tem a palavra, Sr. Ministro, para dizer-nos como pretende superar essas acções, tendo em conta o grau das GOP e do OGE.

O Sr. **Ministro da Defesa e do Mar** (Carlos Stock): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, bom dia.

Primeiramente gostaria de saudar Vossas Excelências, desejando a todos vós e às vossas famílias um novo ano com muita saúde sobretudo, porque isso é que é essencial. Havendo saúde conquistaremos tudo.

Falando sobre o orçamento do Ministério da Defesa e do Mar, quero dizer a Vossas Excelências, como ouviram há 1 semana, na discussão do Orçamento na generalidade, que o nosso País é um país com dificuldades e é necessário que façamos exercícios para conseguirmos a entrada de dinheiro.

Como sabem, tenho cá um orçamento de 25.240 biliões de dobras.

Uma Voz: — Mil milhões.

O Sr. **Ministro da Defesa e do Mar:** — Salvo o devido respeito que tenho, às vezes isso cria-me confusão, porque desde garoto ouvi dizer milhões, biliões. Isso de mil milhões está a nos confundir. Aprendi 25.240 biliões de dobras, isso de mil milhões, às vezes confunde.

Temos aqui elencada uma série de actividades e se não conseguirmos levar à execução dessas mesmas actividades, teríamos que canalizá-las para o ano seguinte, que seria 2017.

Com isso, temos como o nosso primeiro *item* a manutenção de faróis e operação de busca e salvamento da Guarda Costeira, com um valor de 2 biliões de dobras. Quero dizer a Vossas Excelências que temos 17 faróis e farolinhos e anualmente somos obrigados a efectuar a manutenção dos mesmos. Não havendo a manutenção desses instrumentos, corremos diversos riscos com aquilo que padecemos hoje, que é o desaparecimento dos nossos pescadores.

É importante para nós conseguirmos a materialização deste item, por isso ele aparece como prioridade.

Em termos de salvamento, neste momento temos cinco lanchas patrulha e é necessário um abastecimento de combustível para esses tipos de exercícios que temos que fazer obrigatoriamente. Em termos da Guarda Costeira, como nossa missão, temos a busca, o salvamento e a fiscalização. São coisas prioritárias que fazemos semanalmente e, por isso, este item é muito importante. Esperamos que até o final do ano económico possamos executar essas tarefas. Poderia ser muito mais, mas atendendo aos condicionalismos do nosso país, vamos ver se com esse mínimo conseguiremos.

Como segundo item temos a revisão da rede eléctrica no Ministério da Defesa e do Mar. Embora esteja «Ministério da Defesa e Ordem Interna», é «Ministério da Defesa e do Mar», com um valor de 440 milhões de dobras. Essa revisão é necessária, tendo em conta que é a continuidade do trabalho que se iniciou no

ano de 2015. Pretendemos terminá-lo este ano e temos este valor para a conclusão da obra.

Temos o terceiro que é a remodelação da cozinha da Guarda Costeira, 350 milhões de dobras. Há vários anos que a nossa cozinha não sofreu remodelação nenhuma, ela está péssima, e entendi que devia ser algo a incluir também neste orçamento. É lá onde se faz tudo que é refeição, portanto, é necessário uma higiene adequada. Assim sendo, entendemos que ela também é prioridade, por isso, entra cá para dar também aos nossos homens uma dignidade, mesmo para quem visita a instituição. É a Guarda Costeira e pelo facto de estar junto ao Ministério da Defesa e do Mar é necessário que haja uma intervenção.

Depois temos aqui pagamento de indemnização ao Sr. José Alberto Oquiongo, 300 milhões de dobras. O que é isto? Esse senhor foi um elemento das Forças Armadas que no serviço militar obrigatório teve um acidente que acabou por deixá-lo sem uma perna. Como o Estado não acompanhou o percurso desse acidente, para evitar que algo pior pudesse recair sobre o Estado, em termos de indemnização, com um processo judicial e tudo mais, entendemos assegurar esse senhor como se fosse um individuo no activo, pagando-lhe um salário retroactivo dos seus salários. Isso foi desde 2006 até a presente data, como se fosse um salário em atraso. Estamos a fazer isso para evitar a tal acção judicial que poderia culminar numa indemnização que haveria de custar um valor muito mais elevado ao Estado. Assumimos isso e estamos fazer desta forma, por isso entra cá para colmatar essa nossa falha. Portanto, só nos resta esse valor, salvo erro, para fechar o ciclo do tempo, porque o serviço militar obrigatório são dois anos e, se ele estivesse no seu estado normal, já não estaria no seio das Forças Armadas, a não ser que fizesse os cursos próprios que poderiam dar-lhe direito.

É nesse contexto que depois de concluirmos isso tudo o senhor entrará na sua fase própria e poderá receber a sua pensão. Este item entra aqui para poder nos aliviar da situação a que o senhor tem direito.

Depois vem a conclusão da casa do Comandante da Região Autónoma do Príncipe, que é de 1.800 biliões de dobras.

Para quem já foi ao Príncipe, ao entrarmos na cidade, à direita está o Comando do Príncipe. Naquela altura, era Comando e vivia ali o comandante mais alguns contingentes seus. Isso degradou-se no seu todo e estamos a reabilitar o Comando, além de dar uma dignidade ao comandante regional, também instalarmos o *staff* do comandante. Inclusive, naquele mesmo edifício, encontra-se o posto da Polícia Nacional. Esse exercício já começou, estamos agora na fase de conclusão. Onde está a residir o comandante está concluído, agora falta outras partes do edifício, porque é um complexo, podemos considerar assim, que neste momento está na fase de conclusão e então este é o valor que o Estado tem a pagar ao empreiteiro, para a conclusão da obra.

Depois temos a reabilitação do Quartel Autónomo do Príncipe. Uma coisa é a casa do comandante, que está sediada na cidade, e outra coisa é o Quartel, que se encontra no aeroporto. Aquele edifício está velho e precisa de manutenção, pois há vários anos que não se faz. Então, já se deu início à obra no ano passado, no mês de Outubro/Novembro, salvo erro, tem lá um empreiteiro a trabalhar. Portanto, temos aqui, para a primeira fase, 2.5 biliões de dobras.

Temos também o alargamento da enfermaria. Esta também é uma obra que é necessária, porque temos uma enfermaria que foi feita quando o número de homens a nível das Forças Armadas não era o mesmo de hoje. Podemos encontrar internados hoje tanto homens como mulheres internados no mesmo sítio. Desde 2014, quando o XIV Governo esteve no poder, entendi que havia a necessidade de alargarmos a enfermaria das Forças Armadas, para que houvesse alguma dignidade. Separar um oficial superior que estiver internado de um praça. Por isso, se tudo correr bem, queremos ver a nossa enfermaria das Forças Armadas alargada, com mais serviços de medicina e de utentes mais dignos. Temos aqui para o alargamento 1.5 biliões de dobras. Aumentar mais dois quartos, depois iremos ver.

Temos aquisição de munição para as armas já existentes, 2 biliões. Esta questão é um bocado secreta, por isso não vou abordar aqui, salvo o respeito que tenho pelos Srs. Deputados. É verdade que já analisamos isso entre nós, mas o que nos impera é o fraco recurso, porque esse valor é exíguo para este item. Há uma série de armas que precisam de munições. Perguntariam, «o senhor precisa de munições para quê, se estamos num país em que não há guerra?» Precisamos de munições para o efeito de treinamento dos nossos homens e várias outras acções, porque não se está a formar homens na tropa para estarem sentados no canhão à espera de guerra. Estamos a formar gente para garantir a soberania do nosso país. É nesses termos que devo dizer aos Srs. Deputados que o valor de 2 biliões que está cá é pouco. Gostaríamos que fosse mais, mas tudo isso depende do nosso sistema financeiro que é baixo.

Depois temos aquisição de material de iluminação para o Centro de Instrução Militar. Para quem já foi a este centro, no Aeroporto, viu o seu estado. Quero dizer-vos que é uma área militar e, em termos de garantia de segurança, era necessário que estivesse vedada, com uma iluminação própria, para que se pudesse identificar que é um Centro de Instrução Militar. É nesse contexto que a nossa preocupação este ano é ver se conseguiremos vedar o espaço e iluminá-lo como prevemos.

Como vemos nos outros cantos do mundo, a área militar é uma área que deve estar protegida, por isso ela aparece aqui e temos 1 bilião de dobras para o efeito. Sabemos que é pouco, mas vale a pena o pouco do que nada.

Noutro item, 3345, temos aquisição de fardamentos e botas para a Guarda Costeira e a Unidade Naval. Pelo facto de voltar a aparecer noutro item, deixem-me dizer-vos, Srs. Deputados, que as Forças Armadas

são compostas pelo Exército e a Guarda Costeira. Em termos de uniformes, se diferenciam. A Guarda Costeira tem um tipo de uniforme diferente do Exército. É verdade que há o camuflado que toda gente conhece, mas a Guarda Costeira tem três tipos de uniformes. Temos o fardamento cerimonial que é o tal fardamento branco que todos os marinheiros usam, há um azul, que é de saída, e temos o camuflado, que é de trabalho. São duas instituições dentro de uma. O Ministério da Defesa é formado pelas Forças Armadas, que tem dois ramos ou instituições, o Exército e a Guarda Costeira.

Todos os anos pedimos fardamentos e botas, porque não duram muito tempo. É necessário que façamos isso.

Temos em seguida a aquisição de fardamentos, botas para a Forças Armadas, 4 biliões de dobras. É a mesma coisa. A explicação é a tal que acabei de dar.

Depois temos aquisição de fogões eléctricos, Quartel, Guarda Costeira e Príncipe. Antigamente, ainda antes de 1975, antes da independência, em grande parte das roças, a lenha não nos custava nada. Lenha, casca de coco, caroço e tudo disso eram coisas abundantes. Hoje, tudo isso acabou. Somos obrigados a estar a invadir terrenos de cada um, acabamos por ter nomes, somos obrigados às vezes a pagar coisas que não devíamos pagar, porque quando se diz aos militares que não há comida, porque não há lenha, todos ficam malucos e são capazes de invadir o terreno do outro, sem prever as consequências. Para evitar isso tudo, queremos adoptar um sistema de fogão idêntico ao que o Hospital Central tem. Não é preciso utilizar lenha, é um tipo de fogão específico para esse tipo de coisas. Mesmo em termos ambiental, é melhor. Para tal temos aqui 2.150 biliões de dobras, para ver se conseguimos comprar três fogões; um para quartel, um para guarda costeira e um para o Príncipe.

Esse valor é irrisório, mas se conseguirmos esse ano meter um, próximos ano meter outro e assim sucessivamente, conseguiremos apetrechar as forças armadas, quartel com fogões que pretendemos, importante é que consigamos fazer com o que temos.

Depois vem ajudar alimentar aos militares e paramilitares, 1.5 bilião de dobras. Isto é um acordo existente entre São Tomé e Príncipe e o nosso parceiro bilateral que é Taiwan que, atendendo às nossas necessidades, põe anualmente à disposição das forças esse valor de 1.5 bilião de dobras, para o reforço ao OGE.

Só que quero fazer um reparo, embora esteja cá «ajuda alimentar aos militares e paramilitares» é o nome do item, mas este valor é o valor destinado apenas para as forças armadas.

Depois temos o último e final que totalizam os 25.240 biliões de dobras que é aquisição de cama, colchão, armário, bastão para Polícia Militar «buldózer» é o nome do *item* e «outros», 4 biliões de dobras.

A nível das Forças Armadas esses utensílios, pode-se assim chamar, são úteis nas Forças Armadas. Todos sabemos que recebemos gentes de todo o quadrante e de todo o tipo de formação. São materiais que ao comprar deveriam ter a duração de pelo menos 5 anos, mas hoje o fabricante já não faz coisas para durar muito tempo senão ele próprio perde dinheiro. É nesse contexto que ao comprarmos esses materiais às vezes ele vem com pouca durabilidade de vida, e o tempo de vida útil em vez de ser 5 anos as vezes aguenta-nos 3, 4quatro anos, dependendo também da forma como os nossos homens utilizam.

É neste âmbito que ele aparece cá no OGE com um valor de 4 mil milhões de dobras. Porque o número de homens que temos, se tivermos que comprar todos esses materiais, este valor é pouco. Devo dizer que há coisas aqui que contamos com a ajuda dos nossos parceiros de cooperação.

O orçamento das Forças Armadas não se insere só naquilo que o Estado coloca à nossa disposição, porque também nos movimentamos junto aos nossos parceiros bilaterais, para podermos superar algumas coisas que nos fazem falta.

Sra. e Srs. Deputados, a nível do Ministério da Defesa e do Mar é isto, mas faltando uma instituição, porque em termos de órgãos temos Forças Armadas e o IMAP. Suponho que Vossas Excelências sabem, na eventualidade de não saberem poderei explicar. É uma instituição que tem a sua autonomia administrativa e financeira, não obstante o valor que o Estado põe à disposição do IMAP para as suas despesas correntes e de capital e também os valores que o próprio arrecada, o Governo põe à disposição do IMAP 4 biliões de dobras por ano. É a primeira vez que o IMAP entra no contexto do Ministério da Defesa. Pelo facto de termos a vertente Mar, ele hoje faz parte do nosso Ministério. Este valor integra salários e na eventualidade de quererem fazer algum investimento, apetrechamento e mais, é com este valor mais aquilo que o instituto arrecada nas suas cobranças, em termos das matrículas das embarcações, registos, etc.

Fico à disposição dos Srs. Deputados para alguma questão que queiram colocar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, depois dessa abordagem que abre por completo o seu orçamento, não sei se haverá perguntas por parte dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Defesa e a equipa que o acompanha, Srs. Deputados, muito bom dia e bom ano.

Queria referir-me a três pontos essencialmente. Primeiro, sobre a modernização das Forças Armadas, sobre o mar, o intitulado do Ministério em si é que alterou, e acho bem, «Ministério da Defesa e do Mar e, através da segunda questão, o mar, gostaria que nos falasse um pouco da importância que realmente o Governo

vai dar à Guarda Costeira, ao IMAP, essas entidades que mais directamente, no seu sector, vão estar interligadas à questão do mar.

Relativamente à primeira questão, modernização das Forças Armadas, creio que não é do seu desconhecimento, as Forças Armadas hoje devem primar, sobretudo, pela modernização das suas estruturas e da formação dos seus recursos humanos. Hoje a guerra é feita quando ela tem que ser feita, muito mais com inteligência do que propriamente com equipamentos, ou seja, os equipamentos têm que ser de uma capacidade tal e os homens devem estar à altura, em termos de formação, para fazer face às exigências desses equipamentos, aí falamos da modernização das forças.

Gostaria que o Sr. Ministro nos dissesse que item neste orçamento está um pouco virado para essa preocupação. Podemos ter muitos homens formados, muitos militares, mas se eles não estão preparados do ponto de vista de inteligência das tácticas modernas, não quero falar dos instrumentos modernos, porque ainda não os temos, mas talvez comecemos a pensar nisso.

Relativamente à questão do mar, o espaço marítimo é, como vós sabeis, cerca de 160 vezes superior à terra, é um espaço, na nossa óptica, riquíssimo. Existem recursos incontáveis no nosso espaço marítimo, mas somos um país que tem carência. Boa parte dos nossos recursos são aproveitados por outros países que têm muito mais que nós, tiram melhor proveito do nosso espaço marítimo que nós próprios. Daí que precisamos ter uma política séria do mar e que essa política não se cinja apenas ao seu Ministério, mas de uma forma transversal, Ministério da Economia e outros, de forma que possamos não só proteger o nosso espaço marítimo, mas também tirar dele os recursos, que são muitos, e que são necessários para o nosso país.

Nesta vertente, gostaria de saber o realce que dá efectivamente à Unidade da Guarda Costeira. Realmente tem havido formação, ultimamente houve formação de fuzileiros, temos acompanhado essa dinâmica, mas também ouvimos falar de uma lancha que foi adquirida pelo governo anterior que, pelas afirmações de um oficial da Guarda Costeira, acusa problemas. Como Deputados gostaríamos de saber qual é o tratamento que o Governo vai dar a esse equipamento, que custou muito caro ao Estado são-tomense, se existem garantias na aquisição desse equipamento, como accionar essas garantias ou se o Estado tem que entrar com o seu fundo próprio para corrigir ou colmatar os eventuais problemas que existem nesse equipamento que está vocacionado para a fiscalização das nossas águas marítimas.

O Presidente: — Tem palavra a Sra. Deputada Filomena Prazeres.

A Sra. **Filomena dos Prazeres** (PCD): — Sr. Ministro, falando precisamente do IMAP, esta instituição não tem um espaço físico próprio para fazer valer a sua funcionalidade. Sabemos que duas salas foram cedidas pelo Ministério das Obras Públicas para o IMAP trabalhar. Daí que gostaria de saber do Sr. Ministro se tem em carteira algo para que se possa resolver esse problema.

O Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa e do Mar.

O Sr. Ministro da Defesa e do Mar: — Respondendo à questão do Sr. Deputado Fernando Maquengo sobre a modernização das forças armadas, quando falamos na modernização, no seu sentido lato, ela ganha uma dimensão muito grande e esperamos que cada um de nós possa fazer alguma coisa para que a nível das Forças Armadas ela possa na realidade ganhar aquela modernização que todos nós almejamos.

Sr. Deputado, a modernização das Forças Armadas não se faz de um dia para outro, leva tempo, mas quero dizer-lhe que o Governo no qual faço parte, até agora, muito tem feito para as Forças Armadas.

Começo pelo XIV Governo Constitucional. Hoje temos a figura de brigadeiro. Se disser ao Sr. Deputado que isso surgiu com o nosso governo, o então XIV Governo Constitucional, é dizer-lhe que estamos preocupados com a modernização. Hoje temos a figura de coronéis. A nível de oficiais superiores, a nossa patente mais alta é coronel.

Isso preocupou-nos e preocupa-nos pelo facto de as nossas Forças Armadas, tanto na sub-região como na CPLP, em termos de valorização e equiparação do homem, estar muito abaixo do nível daquilo que se vê externamente.

Por ter sido uma preocupação nossa, trabalhamos a ponto de termos hoje a figura de brigadeiro, termos a patente mais alta, coronel, e temos sargento-mor.

Quero dizer ao Sr. Deputado Maquengo que temos hoje dentro das nossas Forças Armadas os chamados fuzileiros navais. Essa tropa surgiu por nós no XIV Governo Constitucional a ponto de ela culminar ainda com este XVI Governo Constitucional. Significa que estamos preocupados com a modernização das Forças Armadas.

A nível da cooperação com os nossos parceiros bilaterais que são: Portugal, Brasil, Angola, Estados Unidos da América, e mesmo com os nossos parceiros da sub-região, estamos em constante formação e capacitação dos nossos homens. Inclusive, ultimamente, também em Taiwan já temos homens a fazerem licenciatura, mestrado e doutoramento, a pedido nosso. Quando digo nosso é o Ministro da Defesa mais os seus colaboradores.

A nossa preocupação com a modernização das Forças Armadas tem sido muito elevada. Temos cooperação com os Estados Unidos. É pena que estamos num país em que os fracos recursos não nos ajudam muito, mas mesmo assim, em termos de modernização, estamos a trabalhar. É preciso tempo também, mas por vezes num espaço curto faz-se muita coisa, e estamos a fazer.

Internamente, formamos gente. Temos estudantes na Universidade Lusíadas, na Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP), inclusive temos jovens integrados nas Forças Armadas e a estudarem no Liceu. Significa que estamos preocupados com a modernização das nossas Forças Armadas.

Externamente, temos homens a se formarem na área de comandos, no nosso instituto, temos homens em Angola a se formarem em Medicina. Por isso, nesse aspecto, podemos dizer que fizemos e continuamos a fazer.

Falando do mar. Disse bem o Sr. Deputado que a nossa superfície marítima é 160 vezes maior que a superfície terrestre, é verdade. Talvez essa dimensão fez com que este Governo integrasse o mar no Ministério da Defesa. Disse e disse bem que o mar é transversal. Temos o nosso papel como actuantes na área marítima, para garantir a soberania. Logo, a soberania é abrangente, é o território no seu todo, assim como os recursos que fazem parte do mar.

A nível do mar, temos acordos assinados com Portugal, porque como sabem que hoje o mar constitui o centro do perigo. É ali onde está todo o tráfico de ser humano, droga, pirataria marítima, poluição marítima. Todo o tipo de actos ilícitos deixaram de ser executados na terra, passando hoje a ser realizados no mar. Por isso a nossa preocupação com o mar é muito grande. Pelas nossas capacidades, tanto financeira como movíveis, em termos de meios navais, fomos obrigados a recorrer aos nossos parceiros, como Estados Unidos, Brasil, Portugal, União Europeia, para que nos ajudassem a encontrar uma estratégia para a segurança marítima e esses parceiros estão todos de braços abertos para nos ajudar. Não nos fartamos, nem nos cansamos de pedi-los esse apoio e sei que brevemente toda essa gente estará cá para nos ajudar nesse aspecto.

Como vinha dizendo, a nível do mar, do acordo existente com Portugal, assinamos dois acordos. Um em 2012, salvo erro, o acordo para fiscalização marítima, em que os portugueses passam pelas nossas águas com seus barcos de guerra para fiscalizarem as nossas águas.

Assinamos um acordo aéreo com Portugal, é verdade que temos que ver se essa fiscalização possa ser constante com o avião P3, que circula no ar e consegue localizar todo o nosso território.

Temos também com o Brasil a formação dos nossos fuzileiros navais, ajuda em termos de apetrechamento também das nossas unidades.

Com o Estados Unido da América temos constante formações.

Pelo facto de pertencermos à Zona D, há acordos a nível regional, em todos os exercícios como OBANGAME, ACORD, AFRICA EINDHOVEN e as nossas Forças Armadas poderão participar.

Este Governo está empenhado em encontrar uma política estratégica para o mar. Dentro de dias, vou criar uma comissão interna com elementos externos para saber o que podemos fazer do nosso mar. Tenho que junto aos nossos parceiros como a Guiné-Equatorial e o Gabão ver o que cada um pode participar em termos de fiscalização das nossas águas.

Disse que nas nossas águas encontramos barcos que fazem pesca ilegal e tudo mais, não disse tal e qual, é só para completar o que dizia. Tirando os nossos recursos, isso é uma verdade. Se eu levar os senhores agora para o centro das nossas operações, irão ver que neste momento, a 50, 60 milhas náuticas, encontram cerca de 10, 15 barcos. Não sabemos o que estão a fazer. Uns parados, outros em movimentações. Não é fácil chegarmos lá, as nossas capacidades são limitadas. Podemos chegar, com as nossas lanchas e os meios que temos, até 50 milhas náuticas, forçando. Essas condições vão ser criadas, com os nossos vizinhos mesmo da sub-região, porque queremos também encontrar um barco que está aí a pescar ilegalmente e ver se, através de uma multa deles, possamos ganhar dinheiro. Isso tudo poderá servir de dissuasão a todos esses que utilizam as nossas águas. O Governo tem essa preocupação e muito está a fazer para proteger o mar. Espero que este ano possamos dar algum passo.

Quanto à situação do barco. O XV Governo fez uma compra de uma lancha que custou ao Estado são-tomense 2. 248 milhões de dólares. Foi uma adjudicação directa, por ser algo militar, e mas achamos que esse valor foi muito elevado. Pessoalmente, tive a oportunidade de estar no Brasil e participar numa feira de materiais militares. Não quero ser exagerado, mas com 2 milhões de dólares, poderíamos adquirir dois ou três barcos daqueles. Mas o problema não está aí. Tudo bem, comprou-se, mesmo sendo um valor elevado, mas que as coisas viessem como deveria ser, que fosse uma compra mais séria e responsável. O barco chegou em São Tomé no mês de Junho, está cá há 7 meses e veio acompanhado de um instrutor.

A primeira coisa que pedi ao instrutor foi que fizéssemos uma viagem ao Príncipe para testar o barco, ver a capacidade, autonomia e tudo mais. O senhor sempre negou, dizendo que só o faria depois de assinarmos a recepção do barco. Então, sugeri que fizéssemos uma volta à ilha, para ver o que se podia concluir. A conclusão que se chegou é que o barco não tem estabilidade. Diz no manual do barco que ele tem capacidade em termos de velocidade de 24 nós, mas quando apanha a vaza grande das ondas, reduz até 18 nós. Quer dizer que não consegue combater o mar.

Há uns dias, queríamos perseguir um barco que estava a 50 milhas, porque estava parado a pescar nas nossas águas. Quando os homens regressaram, disseram-nos «se continuarmos com esse barco, vamos

morrer todos». Pensaram que o barco ia tombar. E temos aqui duas lanchas, uma americana e uma brasileira, navegam normalmente sem problemas.

A cinta da nossa lancha chega a roçar na água e os homens passaram mal. Passado alguns dias, porque o barco está cá há meses, começamos a ver água a entrar no barco. É este o motivo que entendemos que é preciso averiguar isso como deve ser, porque custou ao Estado são-tomense muito dinheiro e não só, este pagamento foi directo, sem a tal garantia que se faz em qualquer tipo de contrato. Pagou-se o barco no seu todo, foi um pagamento directo...

Uma Voz: — Quei, credo.

...sem haver garantia, porque normalmente, falo com conhecimento, como jurista, nesse tipo de contrato fazemos parceladamente. Significa que se dá 50% e outro 50% dá-se com a entrega do bem, mas aquilo foi feito diferente, foi directo, sem nenhuma garantia. Por isso, estamos a encetar contactos com a empresa, porque é de direito são-tomense, mas não tem cá nenhuma sede, nenhuma representação, não sabemos a quem contactar, por isso, custa-nos as vezes. Mas estamos a trabalhar no assunto, para ver se conseguiremos trazer o mediador do contrato. O Estado assinou um contrato com a empresa Blue Sky World Limited, dizem estar na zona de Conceição, mas procurou-se por todo canto e não se conseguiu localizar a sede. Falamos com um mediador, alguém que veio em representação da empresa para fazer isso. A tal lancha tem 18 metros e a cada dia que passa temos que estar a tirar água com a caneca, na casa de máquina, no compartimento do comandante, etc., mas estamos a encetar os contactos para ver se resolvemos a questão, porque há duas hipóteses. Ou resolvem os danos, se é algo que possa ser resolvido, que nos dêem outra nova ou que nos devolvam o dinheiro.

Quanto a lancha é isso que posso dizer ao Sr. Deputado Maquengo.

À Sra. Deputada Filomena Prazeres, quero dizer que o IMAP é uma das instituições do Ministério da Defesa e do Mar que estava integrada no Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais. Hoje é nossa instituição, estava num edifício emprestado, porque o Ministério da Defesa também tem dificuldades em termos de espaço para colocar a instituição, mas o governo é uno, como se diz. No direito, diz-se isso, não há governo A nem B. Qualquer um de nós tem que tentar resolver os problemas do outro até que o Governo crie condições necessárias para o efeito. Isso fez com que o Sr. Ministro das Infra-estruturas assegurou a instituição e, dentro de dia, estará num edifício mesmo do Estado que estão a remodelar. Tudo aponta para que, para semana, estarão num espaço físico com uma melhor dignidade. Deveria ser melhor, mas não temos dinheiro para o aluguer de um espaço para integrar o IMAP. Por isso, nesta primeira hora, vai ter que ficar naquele espaço, está bonito, pintado, reparamos e é um espaço onde poderão ficar sem grandes problemas e com o mínimo, para não dizer uma dignidade razoável ou boa.

Acho que das informações que me foram solicitadas são estas as explicações que posso dar. Na eventualidade de não convencer, acho que não tenho mais argumento para o efeito, mas estou disponível. Pode ser que tenha falhado.

O Presidente: — Srs. Deputados, já passamos da hora agendada, mas temos ainda três inscritos. Gostaria simplesmente de pedir que minimizem as preocupações e também que o Sr. Ministro sintetizasse as respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, com as explicações de Sua Excelência o Sr. Ministro fico um tanto quanto ultrapassado, sobretudo pela forma como nos clarificou, fico bastante esclarecido.

A questão do barco era uma preocupação que trazia e felicito também o Sr. Deputado Maquengo por ter colocado a preocupação.

Quero felicitar o Sr. Ministro pela visão quanto à Defesa e o Mar, mas também fico com uma preocupação simples, na medida em que as Forças Armadas, com os seus serviços de inteligência e contra-inteligência, até hoje o Estado não conseguiu detectar a empresa representante na compra do barco. Como Deputado fico preocupado.

Segundo aspecto, ouvi, mas não fiquei muito satisfeito com a questão de invasão dos militares em alguns terrenos, para arranjam lenha para utilizar na cozinha. Sr. Ministro, penso que esta prática não deve ser recorrente, porque se for outro cidadão qualquer as consequências podem ser graves. Diz-se que a disciplina militar é vertical e de lá sai-se homem. Gostaríamos de ter as Forças Armadas a serem exemplo e, nessa esteira, gostaria de felicitar o Governo pela sua política de formação de quadro das Forças Armadas. Queremos também que esses quadros, sobretudo a nível interno, quando frequentam escolas como o Liceu e não só, que tenham um comportamento que dignifique as nossas Forças Armadas.

O Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, também gostaria de agradecer o Sr. Ministro pela explicação, como Deputado temos que saber o que se passa no nosso país, mas tenho uma pergunta para o Sr. Deputado, que se prende com o conhecimento que tive desse dossiê, no que tange à zona de desenvolvimento conjunto e também a defesa desse espaço comum. Existe um acordo, ou pelo menos o seu esboço, no sentido de fornecer uma protecção àquela área, protecção essa que se pode estender também para o nosso espaço económico exclusivo.

Como o Sr. Ministro referiu e bem, hoje a maior parte dos crimes fazem-se através do mar, que é um espaço que não podemos controlar, tendo em conta a sua dimensão e as nossas fracas capacidades. Acho que não seria mau aproveitar-se as condições e os recursos que, por exemplo, o governo nigeriano tem, para também dar informações ou apoiar a parte são-tomense na fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva. Ou seja, repito, é um acordo que prevê a fiscalização do espaço da zona de desenvolvimento conjunto entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe, mas que pode, em jeito de cooperação, fornecer informações ao Governo de São Tomé e Príncipe sobre as movimentações das embarcações e de pessoas no nosso Espaço Económico Exclusivo.

O **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e seus colaboradores, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro da Defesa se, ao nível do seu Ministério ligado ao mar, existe o serviço de vigilância das praias, principalmente nas zonas mais longínquas do Distrito de Água Grande. Isto porque temos alunos que estudam aqui na cidade, estão na universidade e por voltas das 23 horas a meia-noite é que vão para o distrito e têm visto muito carros estacionados em algumas praias da zona de Cantagalo e Distrito de Caué. Àquelas horas que se considera hora morta, o é que se tem feito nas praias a nível dos distritos?

Uma Voz: — *Falou com o microfone desligado.*

Não, não só. Por isso, é que se tem que fazer alguma coisa.

A minha segunda preocupação é sobre o crime que aconteceu no ano passado, onde um cidadão nosso foi baleado depois de ter extraído área numa das praias do País. Como faço parte da 2.^a Comissão Especializada que é a Comissão de Relações Exteriores, Comunidades, Defesa e Mar, na altura pedimos que fosse feito um inquérito para se saber como ficou esse processo. Que eu saiba, até hoje essa informação não chegou aos deputados que fazem parte dessa Comissão. Como a «montanha não foi a Maomé e já que Maomé veio à montanha», gostaria de ter um esclarecimento sobre esse ponto.

O **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, quando ouvi a explicação do Sr. Ministro em relação à modernização das Forças Armadas e porque Vossa Excelência fez referência ao XIV Governo e agora o XVI Governo fazendo menção às formações, etc., não sou grande conhecedor das realidades das Forças Armadas, mas ficou-me alguma zona cinzenta, porque conhecendo algumas patentes dessa terra, o processo de formação não é um processo que começou na fase do XIV Governo, é um processo que vem de sucessivos governos. Digo isso para não ficar aquela ideia de que é o XIV Governo que começou o programa de modernização, vertente formativa, das Forças Armadas.

Um outro aspecto tem a ver com a questão das lanchas. Há coisas nesta terra que às vezes falamos por imperativo de função, mas fez-me confusão a explicação que Sua Excelência deu, porque quando falou da lancha, o Sr. Ministro explicou e muito bem, mas as informações que tive, e é isso que gostaria de saber, se elas estão erradas, parece-me que a lancha ficou durante algum tempo ali parada sem que as autoridades tivessem efectivamente posse delas. Sendo isso verdade, preocupa-me, porque se ela permaneceu todo esse tempo lá e agora vamos dizer que tem problema X, Y e Z, inverte-se um pouco em termos de razão pelas partes.

Como são-tomense que sou e tendo preocupação acima de tudo com o interesse deste País e deste povo, é bom que se esclareça isso. Se realmente a empresa disponibilizou um equipamento que não responde àquilo que foi os termos de referência, ela tem que ser chamada à razão, tem-se que encontrar uma forma de resolver.

Por aquilo que pude acompanhar pela comunicação social, dizendo que a lancha ficou durante algum tempo sem estar na posse do XVI Governo e passando algum tempo trazemos essa informação, então fica algo por clarificar. Gostaria que o Sr. Ministro esclarecesse isso.

O **Presidente**: — Gostaria simplesmente de pedir aos Srs. Deputados que nos cingíssemos a questões ligadas à especialidade. Foram colocadas questões de âmbito da generalidade, já ultrapassamos esses aspectos no debate passado.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa e Mar.

O Sr. **Ministro da Defesa e do Mar**: — Sr. Deputado Danilson Cotú, há o que chamamos de continuidade de Estado. Feliz ou infelizmente, a nível da Defesa, procuramos acompanhar a continuidade de Estado. O que é que eu quis dizer com a materialização? A materialização disso foi feita com o XIV Governo e a nível das Forças Armadas todos têm consciência disso. Tivemos que trabalhar nos diplomas e tudo mais para que essas patentes pudessem existir hoje. Não quer dizer que não houvesse pensamento de outros anteriormente, mas quem materializou, quem bateu para que ela existisse foi o XIV Governo e concluído hoje com o XVI Governo.

Uma Voz: — Muito obrigado Sr. Ministro.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Ministro da Defesa e do Mar**: — A continuidade existe. Não vamos alarmar com a questão. Quanto à lancha, Sr. Deputado, salvo o devido respeito, não corresponde a verdade as informações que o senhor teve. Devo dizer-lhe que essa lancha chegou num sábado até e tive a oportunidade de ir ao Porto, assim como o Sr. Chefe de Estado-Maior. Vimos a lancha, queriam que diligenciássemos tudo mesmo no Sábado, mas eu disse que não. A lancha nunca esteve parada. Mal ela chegou, começou-se os primeiros exercícios de treino para fazer com que os nossos homens conhecessem os meandros das coisas. Porquê? É uma lancha diferente das outras que temos. Em termos de sistema, ela está um pouco mais avançada do que aquelas que temos. Então, o instrutor tinha que fazer esses ensinamentos.

Quero dizer que a lancha saiu com o próprio instrutor, quando fizemos a volta à ilha. A única insistência minha, como ministro, era que a lancha saísse de São Tomé para o Príncipe, para testarmos a sua capacidade. Foi o pedido feito.

Já que se tocou nisso, cada um quer fazer a sua política na comunicação social deste país e é preciso ver isso. O *Tela Nón* foi o jornal que publicou esta questão, sem ir ao encontro da veracidade dos factos. Quero-lhe dizer que toda gente conhece o *Tela Nón*, o jornalismo deste jornal é o que temos. Esta cá, pode dizer e fazer o que quer, mas aquilo que publicou não correspondia à verdade. Foi aí que tentamos abrir as coisas. De vez enquanto, procuramos resolver as coisas militares de forma confidencial, porque é regra. A regra própria dita assim, não é para tornar público. Bom, já que uma cadeia de comunicação tirou isso tínhamos que vir à praça falar. Foi nesse âmbito que a questão da lancha veio à superfície.

Sabemos qual é a empresa, mas só que ela não está aqui, não se vê onde é que ela está. Só disseram que está na Rua Padre Martinho Pinto da Rocha, mas não existe nenhum letreiro. Já fomos, procuramos, perguntando os vizinhos se conheciam alguma empresa chamada *Blue Sky*, ninguém sabia.

Só para fechar esse ciclo da lancha e da patente, espero que minimamente tenha ficado esclarecido.

Sra. Deputada Beatriz Azevedo, a nível das praias temos agentes fiscalizadores em todas as praias do País, a nível de todos os distritos. Os prevaricadores procuram quando os agentes fiscalizadores não estão, para prevaricarem.

O problema de furto de arreia hoje é um problema grave ao ponto de culminar com o incidente que tivemos. Para dizer à Sra. Deputada que a questão do incidente que envolveu as Forças Armadas já passou o nosso âmbito. Fizemos os nossos trabalhos e entendemos por bem remeter a questão a instituição própria que é o Ministério Público, para que possam fazer a sua averiguação, se for necessário condenar. Quero dizer-lhe que, não obstante isso, os nossos envolvidos no caso estão sendo sancionados, estão detidos no Comando do Quartel, aguardando as decisões. Fazemos do nosso lado, temos o Tribunal Militar para julgar e condenar esses casos. Conforme há uma parte civil, porque chegou a intervir no caso, entendemos afastar essa responsabilidade e ficar a aguardar. Não me vou pronunciar sobre esta questão, porque ela se encontra num fórum próprio que é o Ministério Público.

Sobre a Zona Económica Exclusiva, por sermos membros do Golfo da Guiné, da CEAC, há um acordo entre os países. Nós das Forças Armadas ou da Guarda Costeira temos a nossa missão. Qual é a nossa missão? Atendendo que as nossas capacidades móveis são diminutas, temos uma responsabilidade que é fiscalizar, através do nosso sistema de radar que temos. Quando fiscalizamos, comunicamos com o nosso centro de operações em Gana, para que eles encetem contactos a nível dos países que fazem parte, para irem ao encontro do infractor. É assim que funcionamos.

Cada um dos países que fazem parte da Zona D, onde está São Tomé e Príncipe, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, têm a sua missão, de acordo com as suas capacidades. A nossa é de fiscalizar e ver, na eventualidade. Se descobrirem que há um barco na nossa água em situação de perigo, o Gana comunica-nos, analisamos a questão, se as nossas capacidades atingirem o local faremos isso.

Todas essas questões estão sob controlo e não temos problema de maior.

Só estou a explicar isso, porque isso não está indo para fora. Procurei saber isso primeiro, se estão a transmitir directo ou não.

Uma Voz: — Estão a gravar.

Estão a gravar, mas que façam a selecção das coisas que querem pôr no ar.

Uma Voz: — Radio Nacional.

Está a gravar, se entenderem assim. Portanto, é esse o problema.

Quero dizer ao Sr. Deputado Fernando Maquengo que as coisas estão sob controlo, há partilha de informações, há tudo. Os americanos que têm o maior poder de captação sabem tudo que passa por essa zona. Por isso, se houver algo de mal, cada um dos nossos países serão alertados logo na primeira hora.

Sobre a invasão dos terrenos pelos militares, temos controlo disso tudo. É aquilo que se diz: «Aquilo que o pai quer que os seus filhos façam, eles nunca chegam a fazer», porque eu pessoalmente condeno isso e chamo a todos os colaboradores, desde o Sr. Brigadeiro. Quando temos conhecimento dessas situações, chamamos atenção para evitar. É verdade que corremos alguns riscos, porque a gente ultrapassa aquilo que é o normal.

A tropa é composta por jovens que podemos dar ensinamentos todos os dias, mas há sempre alguns que falham. Contudo, essas questões estão a diminuir, pouco a pouco as coisas estão a tomar o seu ritmo.

O Presidente: — Srs. Deputados, já ultrapassamos a hora e o Sr. Ministro da Justiça já está cá. Pediria que avançássemos já para o Ministério da Justiça e depois é que faríamos o intervalo. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. Fernando Maquengo (MLSTP/PSD). — Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra só para, em um segundo, fazer uma pergunta que tem a ver com o mar e que muito me interessa.

Assistimos cá ao naufrágio de um navio que me parece que ainda está no fundo das nossas águas. Pouco tempo depois, esse navio foi declarado como sendo pirata e os seus comandantes foram condenados pelo Tribunal. Tendo em conta toda essa panóplia de informações, que acho salutar, com que o Sr. Ministro nos brindou, não sei como um navio que, pelos dizeres, tinha sido perseguido, já estava referenciado no tal Centro de Informação de Gana e outras entidades, fala-se mesmo que a Interpol parece que já seguia o barco, como é que hoje está enterrado nas nossas águas e parece-me que apenas dois comandantes ficaram retidos e os outros foram-se embora? Eu queria conjugar todas essas informações que o Sr. Ministro nos deu, à atitude do Governo perante uma tal violação.

O Presidente: — Estamos na especialidade, deve intervir sempre o membro do Governo, quando for questionado, porque houve reacções na sala que não acho normal, mas quero dizer que esta questão levantada pelo Sr. Deputado aflora a generalidade, mas não sendo da generalidade, Sr. Ministro, tem a palavra e responda, caso achar pertinente.

O Sr. Ministro da Defesa e do Mar: — Gostaria só de dizer ao Sr. Deputado Maquengo que essa questão do navio *Thunder* que se encontra no fundo das nossas águas se encontra já no foro judicial e acho que não é o momento próprio e não vale a pena eu ter que dar informações que podem contradizer ou criar situações. Mas gostaria de dizer que o Ministério da Defesa foi informado da situação desse navio, através do Centro de Operações, em Gana.

É verdade que o navio estava a ser perseguido. Quando alertaram São Tomé e Príncipe, pedimos ao Gana, porque as nossas capacidades eram diminutas, que procurassem localizar navios que estavam por perto, para que o pudesse socorrer. Há muitas coisas por detrás, por isso não vale a pena trazermos isso para aqui e deixar que o Tribunal resolva a questão.

Demos o auxílio que tínhamos que dar aos marinheiros, porque através do nosso pedido um navio que estava a passar socorreu, porque a regra dita assim, e deve trazer ao porto mais próximo, e o fizeram. Nós da Guarda Costeira é que fomos recebê-los, depois do nosso trabalho como salvador entregamos às instâncias competentes. Ela está numa instância em que não devo pronunciar-me.

Sr. Presidente, se me permite, gostaria de agradecer aos Srs. Deputados e espero que as questões colocadas tiveram a resposta desejada.

O Presidente: — Obrigado Sr. Ministro.

Srs. Deputados, vamos receber agora o Ministro da Justiça e Direitos Humanos.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 13 horas.